

1931: O ano de todas as revoltas

Francisco Lopes Melo

A Ditadura

Sabes a vida que levo
desde o dia em que te vi:
ou preso, ou então na rua,
a conspirar contra ti.

Mais uma que se perdeu,
Não vale a pena chorar.
Tanta vez hei-de bater-me,
Que acabarei por ganhar. (*)

Economicamente, também em Portugal se faziam sentir os efeitos da Depressão de 1929. Um pouco menos acentuados e mais tardios que nos outros países, é certo: a política que Salazar vinha a impor desde 1928 funcionou como travão aos efeitos da crise internacional. Mas em 1931 a crise monetária europeia fez-se sentir, nos seus efeitos bancários e cambiais, também em Portugal e a situação agravou-se: as transferências do Brasil foram interrompidas, enquanto a desvalorização da libra trouxe como consequência a desvalorização das receitas de juro dos títulos de capital e depósitos no estrangeiro. O número de emigrantes reduziu-se e aumentou o desemprego – não absorvido pelas saídas do país. Além de todos estes factores, também as cotações das exportações coloniais baixaram, sendo obviamente reduzido o rendimento português que encontrava aí uma parte importante das suas fontes.

O governo de Oliveira Salazar enceta um conjunto de medidas restritivas, começando pelo orçamento de 1931/32, para o qual se prevê um decréscimo de 7,8% nas despesas, com um *superavit* de 1900 contos.

O Estado intervém igualmente na economia privada e aprova o regulamento sobre o condicionamento industrial, atingindo sectores de trabalho intensivo como a cortiça, a tecelagem de lãs e algodões, os chocolates, a pelaria e os curtumes, entre outros sectores.

Os movimentos de protesto começaram em Fevereiro na Madeira, para se tornarem mais intensos em Abril, num momento em que tiveram a adesão dos Açores. Na mesma altura também a Guiné se manifestou e, pouco depois Moçambique. Mais tarde em 26 de Agosto, foi Lisboa que experimentou o pronunciamento.

As manifestações de grupos acompanharam o ano. Para além das já referidas, também o país esteve sob uma vaga de greves, mais ou menos sucedidas, que tiveram o seu ponto culminante em 1 de Maio, como teremos ocasião de verificar. Também movimentos estudantis vieram seguir estes acontecimentos.

(*)Versos escritos no tecto de um dos quartos da fortaleza-prisão de São João Baptista, Angra do Heroísmo, em Abril de 1931, *cit. in* A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina em Portugal*, vol. II, editorial Fragmentos, 1990, p. 260.

O ano de 1931 foi agitado. Nova vaga de conspirações estala em 1931, o «o ano de todas as revoltas». Seria este, o último de «revoluções» saídas à rua e aquele, do grande e derradeiro susto da Ditadura. Deparava esta uma situação social crescentemente deteriorada pelos efeitos da crise internacional de 1929, marcada pelo reavivar da agitação anarco-sindicalista e comunista e pela insatisfação dos sectores dos serviços, particularmente atingidos pelo desemprego. E vivia um momento agitado de lutas internas com a Liga 28 de Maio a disputar a liderança salazarista.

Compreende-se nestes termos que a revolta da Madeira – iniciada a 4 de Abril de 1931 – seguida dos pronunciamentos em Angra do Heroísmo (7 de Abril), Praia da Vitória e Ponta Delgada (8 de Abril), Graciosa (10 de Abril), de uma tentativa frustrada em São Tomé (12 de Abril) e de outra bem sucedida na Guiné (17 de Abril), tudo seguido pela proclamação da República em Espanha (14 de Abril), bem se entende, que esta quinzena negra provocasse um profundo abalo no regime: dir-se-ia que a mudança em Espanha era premonitória...

A ideia de arrancar com a «revolução» a partir dos «elos fracos», ultramarinos do aparelho policial-militar – onde à fraqueza da máquina militar e repressiva se juntava a concentração de deportados civis e militares gozando de liberdade de movimentos – tinha largo curso entre os exilados desde que as dificuldades de implantação interna das conspirações se tinham tornado após 1928 quase intransponíveis. António Sérgio já o defendera em Paris, e Cunha Leal com outros deportados tentara em Setembro de 1930 executar um plano revolucionário nos Açores que deparara com forte oposição do sector ligado à Liga de Paris.

REVOLTA DA MADEIRA

Estudos recentes têm demonstrado que a revolta da Madeira tem, na sua origem, causas regionais específicas: descontentamento provocado pela crise económica (crise das exportações tradicionais, do turismo, das indústrias dos bordados, dos lacticínios e desemprego crescente), pela crise financeira (falência das principais casas bancárias madeirenses) e pelo conseqüente reavivar dos sentimentos autonomistas. O Decreto 19.237 de 26 de Janeiro de 1931, sobre o regime cerealífero que estabelecia o monopólio da sua importação como forma de regularizar o seu comércio – originando o aumento do preço do pão – fora o detonador de levantamentos populares acompanhados de tumultos e do encerramento do comércio nos primeiros dias de Fevereiro. A 6 de Fevereiro, a greve dos estivadores fez despoletar a convulsão social que levou ao assalto das moagens e a várias manifestações populares. Esta revolta popular é chamada *revolta da farinha*, dado que o governo decidira suspender a importação de farinha, aumentando o preço do pão, o que serviu de pretexto para uma revolta que dura de 5 a 11 de Fevereiro de 1931. No dia 25 de Fevereiro estruturas anarco-sindicalistas e comunistas organizam greves e manifestações, em várias localidades, exigindo liberdade sindical e medidas de combate ao desemprego.

A ditadura suspendera o decreto, mas enviara a Companhia de Caçadores 5 para a ilha capitaneada por um «Delegado Especial do Governo» o coronel Silva Leal, porém, à sua chegada, a 9 de Fevereiro, havia regressado a normalidade. A acção deste agente do Governo sobre os revoltosos granjeou-lhe grande impopularidade entre a população e militares, porque foi o grande responsável pela repressão e deportação daqueles. Se tivermos em conta todos os relatórios oficiais e a maioria dos depoimentos chega-se à simplista conclusão que esta foi uma expressão de revolta contra a prepotência do Governador Civil, José Maria de Freitas e o Delegado Especial do Governo, coronel Silva Leal. A arrogância e falta de tacto que demonstrara, as medidas repressivas que adopta, a invasão das competências dos oficiais da guarnição militar local e o facto de vários oficiais do contingente vindo do Continente serem já notórios opositores – são factores que vão contribuir para a eclosão do movimento.

É deste núcleo de oficiais vindos do Continente – sobretudo do tenente Manuel Camões – que parte a conspiração, em colaboração com parte da oficialidade local. Ela será inicialmente hostilizada pela grande maioria dos oficiais e políticos deportados na Madeira entre os quais se

contavam alguns chefes do movimento de Fevereiro de 1927, como o general Sousa Dias, os coronéis Freiria e Mendes dos Reis, o major António Varão, ou os capitães Carlos Vilhena e Sílvio Pélico. Na realidade, os deportados não participarão nas operações desencadeadas às 7 da manhã de 4 de Abril e vitoriosamente concluídas, três horas depois, com as autoridades presas e os serviços públicos ocupados pelos revoltosos.

Só depois disso, e de difundida a «Proclamação ao Exército e à Nação» que declara que só obedeceria a um governo republicano que restaure as liberdades democráticas e restabeleça uma constituição por eleições livres se obteve a adesão dos principais vultos militares da deportação que, sob a presidência de Sousa Dias, integrarão a Junta Revolucionária. O chefe civil é o antigo ministro Pestana Júnior. Apelam também à revolta das unidades militares do Continente, dos Açores e das colónias. Ao contrário, nos Açores e na Guiné, a iniciativa revolucionária – nalguns casos já há algum tempo congemina – parte dos núcleos de exilados, que, apoiados na força do exemplo madeirense e com a colaboração de alguns oficiais tomam conta das raras e pouco numerosas guarnições locais.

Ingleses, norte-americanos e brasileiros decidem criar uma zona neutral nalguns hotéis do Funchal. Os opositoristas no exílio, sob a liderança da chamada Liga de Paris, chegam a falar na constituição de uma República da Atlântida.

Nos Açores, sob o comando de militares e civis deportados, nomeadamente o comandante Maia Rebelo, o capitão de mar e guerra João Manuel de Carvalho, o major Armando Pires Falcão (pai da jornalista Vera Lagoa) e o sidonista Lobo Pimentel, aderem à revolta as ilhas de S. Miguel, Terceira, Graciosa e S. Jorge. A 17 de Abril, também com alguns pretextos de natureza local na Guiné, prendendo o governador e não encontrando resistência, forma-se então uma Junta Revolucionária que formula a mesma reivindicação a Lisboa. Em Moçambique e em São Tomé a revolta falha, sendo os insurrectos presos. As principais esperanças dos revoltosos da Madeira depositam-se no apoio das unidades da Metrópole. Poucos dias depois da tomada do poder na Madeira, partem para Portugal delegados da Junta para preparar a revolta no Norte e alguns desembarcam no Algarve. Uma das dimensões estratégicas da revolta seria a de atrair as melhores unidades à ilha, deixando o Continente desprotegido.

Os revolucionários madeirenses não tinham excessivas ilusões. A única esperança de sucesso do seu movimento – e afinal o seu real objectivo – era vir a provocar o levantamento no Continente. E esperavam uma de duas coisas: ou o Governo desguarnecia a sua rectaguarda enviando do Continente contra a Madeira as suas «tropas fortes» fiéis e melhor armadas – e criava a oportunidade para uma acção revolucionária vitoriosa no Continente ou enviava «tropas fracas», susceptíveis de se passarem para os rebeldes, podendo infligir-se à ditadura uma derrota de imprevisíveis consequências.

Não se verificou nenhuma delas. Por um lado, demonstrando saber o terreno que pisava, o Governo enviará nas expedições para a Madeira «tropas mistas», não descurando a segurança no Continente e assegurando-se da disciplina dos efectivos expedicionários. Por outro lado, a revolta não terá na Metrópole eco revolucionário imediato, apesar do recrudescimento da agitação estudantil e popular instalada após a implantação da II República espanhola, em meados de Abril, e das grandes manifestações populares motivada pela morte de um estudante de Medicina do Porto, em Maio desse ano, na sequência da greve académica então desencadeada.

Com início a 25 de Abril, a greve dos estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa expande-se às três universidades. É prevista uma assembleia geral dos professores para tratamento de assuntos pedagógicos, com movimentação de estudantes republicanos. O Ministro da Educação demite o Reitor e encerra a Universidade. É nomeada nova equipa reitoral, com o professor de Medicina João Duarte de Oliveira, a reitor, e Luís Cabral de Moncada, como vice-reitor. Uma carga policial na Faculdade de Medicina do Porto origina um morto – João Martins Branco estudante do Instituto Industrial – cujo funeral naquela cidade, a 30 de Abril, é uma impressionante manifestação contra a ditadura. O dia 1 de Maio foi marcado em Lisboa por tumultos e escaramuças entre numerosos grupos de civis e tropas da G.N.R. e do

Exército. A 9 de Maio, convocadas pelo Partido Comunista Português verificam-se novas manifestações e choques com a polícia e a G.N.R. em Lisboa e no Porto. Manifestações, contramanifestações, confrontos com apoiantes da União Nacional e da Liga ao Grémio Lusitano (Maçonaria), vão prolongar-se até fins de Maio. Mas não se passa disso. O reviralhismo não tivera condições para secundar a revolta das ilhas.

O Governo sabia o perigo de deixar prolongar, sem imediata resposta a revolta insular: não só ela fornecia ao republicanismo uma base territorial estável para legitimar a eventual proclamação de um governo que se reivindicasse da verdadeira legalidade constitucional, criando fortes embaraços aos «usurpadores» de Lisboa como se poderia constituir uma base de assalto ao Continente e de permanente subversão – entre os ditadores não haveria de desconhecer-se a história das revoltas liberais...

Nesta aflição de defender a rectaguarda e preparar a toda a pressa expedições militares contra as ilhas, valeu à Ditadura, há que salientá-lo, o decisivo apoio do Governo britânico que nunca escondeu a sua clara simpatia pelo regime instalado e, mais precisamente, por Salazar.

Perante a «ansiedade do governo face à revolta na ilha da Madeira», o embaixador britânico, Sir Francis Lindley, pede a intervenção de navios de guerra britânicos ancorados no Tejo, que desembarcaram tropas na Madeira, mas não participam no conflito interno, limitando-se a dissuadir a interferência de outros poderes na zona vital dos arquipélagos. Simultaneamente, e a pedido insistente do Governo português, o *Foreign Office* autoriza a venda de armamento expressamente para apoiar a ditadura militar ameaçada, aceitando o argumento de um dos responsáveis do *desk* para Portugal: de que «sem dúvida que o regime é uma ditadura. Mas é mais representativo do que qualquer dos desacreditados governos anteriores». A medida, segundo o mesmo funcionário, «ajudaria a reforçar o efeito da visita do príncipe de Gales», que, com o duque de Kent, se desloca significativamente nessa altura em visita oficial a Lisboa. Em Maio desse ano, a embaixada podia concluir, pela pena de um dos seus diplomatas, que «os portugueses (...) compreenderam que foram os esforços de Sir Francis Lindley com o esforço do Governo de S. M. no Reino Unido e os navios de S. M. que salvaram o país de mergulhar na anarquia».

Afiançado no apoio político e material inglês e relativamente seguro quanto ao Continente, o Governo faz seguir logo a 7 de Abril, a primeira expedição militar comandada pelo coronel Fernando Borges oficial destacado na repressão dos movimentos de Fevereiro de 1927. Vai, logicamente começar pela parte fraca da revolta, ou seja, pelos Açores porque, ao contrário do que sucedeu na Madeira os militares não tiveram apoio popular. Chegado à Horta – que se mantivera fiel – a 12 de Abril, com o apoio de vários navios de guerra, entretanto chegados de Lisboa impõe a rendição, sem luta entre 17 e 20 de Abril a todos os focos rebeldes açorianos.

A 24 de Abril, larga da capital com destino à Madeira, a segunda expedição militar, seguida do *Niassa*, no dia seguinte, onde embarca o ministro da Marinha Magalhães Correia que iria comandar as operações.

Estas iniciam-se a 26 de Abril com uma frustrada tentativa de desembarque no Caniçal, concretizada no dia seguinte na Ponta de São Lourenço. A resistência, com evidente desvantagem de homens e, sobretudo de material para os revoltosos, prolonga-se até ao dia 2 de Maio, quando a Junta Revolucionária se rende sem condições sendo presos os seus chefes. Finalmente, a 6 de Maio, na Guiné, os insurrectos enviam uma mensagem de rendição sem condições.

Apesar de se terem colocado sob protecção inglesa no navio *London*, que se tinha dirigido à ilha para proteger pessoas e bens ingleses, os principais dirigentes da revolta, nomeadamente Sousa Dias e cerca de 120 revoltosos foram conduzidos a terra e entregues às autoridades, sendo imediatamente deportados para Cabo Verde. Saliente-se aliás a colaboração inglesa na jugulação da revolta, quer em termos estratégicos, quer no fornecimento de material militar ao governo da ditadura.

Após 28 dias (de 4 de Abril a 3 de Maio) de intensa liberdade regressou tudo à normalidade do regime. Contaram-se os mortos, inventariaram-se os danos e as despesas. Aos

revoltosos impuseram-se penas de deportação e demissão dos cargos. Para a ilha terá ficado um ónus de 10% na carga fiscal.

Certamente que esta empatia que contagiou os militares de Caçadores 5, os deportados do Lazareto, os republicanos madeirenses, e a maioria da população funchalense, foi a chave da forte explosão de revolta que contribuiu para que, face à presença de uma força militar, tudo se desfizesse e cedo se reconhecesse a aventura. A força da razão e das convicções cedeu à das armas. Na verdade, foi uma convulsão que seguiu os ímpetos exaltados dos intervenientes e, certamente, a surpresa do evoluir diário foi mútua, em ambos os lados da barricada.

REVOLTA DE 26 DE AGOSTO

Seria preciso esperar até Agosto pelo eco tardio, no Continente, da revolta da Madeira. O tempo de grande parte dos exilados em França se deslocarem para Espanha onde, à sombra do apoio de Manuel Azaña, então ministro da Guerra do Governo republicano e dos socialistas espanhóis, se prepararem para o que será a última «revolução».

Em Madrid, os «Budás», em contacto com as potencialidades da Liga de Paris e com ligações, via Azaña ao Governo espanhol preparavam o seu movimento. Tinham mesmo conseguido obter grande quantidade de armamento com a cobertura de Azaña: material de guerra do aeroporto de Alcazares fora desviado para a fronteira e entrava em Portugal.

Com centro em Paris, a Oposição organizara-se a partir de Fevereiro de 1927, tentando agrupar as várias correntes partidárias num combate sem tréguas contra os ditadores. Surgiu assim a Liga de Defesa da República (vulgo Liga de Paris), cujos dirigentes eram Afonso Costa, Álvaro de Castro (falecido em 1928), José Domingues dos Santos, Jaime Cortesão e António Sérgio. Mas a Liga não conseguiu a unidade sonhada, tendo deparado sempre com a desconfiança e até a resistência do Partido Democrático. Mau grado os vários esforços no sentido de uma unidade efectiva as divisões que tinham grassado durante o período final da 1ª República ainda se exacerbaram entre os exilados impedindo toda e qualquer acção eficaz contra o regime ditatorial. Por volta de 1931, a Liga de Paris estava praticamente morta, da sua existência não restando mais que alguns documentos combativos e um desenvolvido plano de governo futuro que viria a influenciar o ideário e as realizações do «Estado Novo».

Mas nos princípios de Agosto, os «Budás» decidem um novo adiamento da revolta por dois meses. A isso não eram estranhas as divergências com a corrente dos exilados onde pontificavam Cunha Leal, Ribeiro de Carvalho, Cunha Aragão, Álvaro Poppe, Sarmento Beires e os sectores ligados ao Partido Republicano Português fixados nos núcleos da Galiza. Acusam os «Budás» e a Liga de Paris, repetindo tendências antigas, de querer monopolizar a organização, o comando e o futuro da restauração republicana. Por isso mesmo, também eles desenvolveram a sua organização revolucionária própria e obtiveram armas com a cumplicidade dos socialistas espanhóis.

Será da impaciência e da não aceitação por parte de alguns «operacionais» ligados a estes sectores – sobretudo o coronel Utra Machado e o tenente-coronel Sarmento Beires – do novo adiamento pelos «Budás» que sai, prematura e envolvendo só parte das ligações, a «revolução» de 26 de Agosto de 1931. Com uma agravante: apanharam desprevenidos, e empenhados na sua campanha eleitoral, os políticos da Aliança Republicana-Socialista agora de novo apostados na via do combate legal à ditadura, que lhes concedera a possibilidade de participar nas projectadas (e nunca realizadas) eleições autárquicas.

No rescaldo da derrota da «Revolta das Ilhas» e do movimento abortado de 2 de Maio, os principais líderes revirralhistas demandam a Espanha republicana e restabelece-se, de novo, num clima de autêntico frenesim, a rede de contactos, em torno das figuras centrais do movimento: Bernardino Machado, Afonso Costa e José Domingues dos Santos, o grupo dos «Budás» e o tenente-coronel Ribeiro de Carvalho. De igual modo, procura-se o restabelecimento das relações com os revolucionários ainda no interior do país. De um lado e outro – na Ditadura e na Oposição – adquirira-se a consciência de que os próximos tempos iam ser decisivos na clarificação definitiva da situação. O peso do processo da transição espanhola e as promessas

de constitucionalização a que se tinha sujeitado o ministro da Marinha no Funchal, perante os revoltosos, voltavam a colocar na ordem do dia as duas linhas de evolução que se confrontavam no interior da Ditadura: a constitucional e a ditatorial. Aproveitando a relativa abertura produzida pelo lançamento do processo de recenseamento eleitoral, sectores republicanos e socialistas constituem a A.R.S. (Aliança Republicana e Socialista), preconizando uma via de transição pacífica através de eleições.

No entanto, a oposição reviralista era cada vez mais minoritária. A Ditadura conseguiu adormecer uma boa parte da oposição republicana através da promessa de eleições municipais nos finais de 1931. O Governo vai mesmo ao ponto de permitir, com vista a assegurar a sua participação no acto eleitoral, a constituição da Aliança Republicana e Socialista uma frente de partidos republicanos e do Partido Socialista liderada pelo general Norton de Matos tendo como dirigentes os almirantes Mendes Cabeçadas e Tito de Morais, o embaixador Duarte Leite, os advogados socialistas Ramada Curto e Mário de Castro, o professor Mário de Azevedo Gomes, entre outros.

Carmona e o ministro do Interior recebem uma delegação da Aliança Republicana e Socialista, com quem acordam um adiamento do recenseamento eleitoral e os termos em que seria autorizada a campanha oposicionista (que se deveria abster de ataques à ditadura). Aquela, aliás, chega a iniciar-se em Julho e está em curso por vários pontos do País quando estala a intempestiva revolta de 26 de Agosto de 1931, em Lisboa. O diálogo da ditadura com os velhos partidos termina aqui, muitos dos dirigentes da Aliança Republicana e Socialista, e ela própria, são varridos pela enxurrada repressiva que se sucede ao fracasso da última tentativa reviralista.

Salazar chefiava no Governo a oposição direitista à convocação dessas eleições e, de uma forma geral, à via eleitoral e dialogante com os republicanos: os sectores antiliberais temiam a previsível vitória destes nas grandes cidades e os consequentes efeitos no futuro da ditadura. Essa desconfiança manifestava-se também relativamente às chefias do Exército, ainda muito permeáveis ao republicanismo liberal, levando o ministro das Finanças a uma política de deliberada resistência às pressões militares, no sentido da libertação de verbas para a modernização e reequipamento do Exército. Aos diplomatas britânicos, em meados de 1931, não escapava o reavivar da tensão entre Salazar e os seus apoiantes por um lado, e o chefe do Governo e os oficiais titulares das pastas da Guerra e do Interior, por outro.

Ora, o clima social nos grandes centros políticos operários, como o Barreiro, e nas grandes cidades – Lisboa e Porto – é tudo menos pacífico, durante os meses de Maio e Junho. Subsistem os focos de rebelião, manifestam-se confrontos, nas ruas entre grupos nacionalistas e oposicionistas e, por todo o território, vislumbram-se sinais de descontentamento.

No exílio francês e espanhol, o projecto revolucionário de transição está em marcha. Em Paris, Afonso Costa aparece nos jornais ao lado de Lerroux e, em Lisboa, o officioso *Diário da Manhã* cita Bernardino Machado, em declarações aos jornalistas: «O que nós queremos é a Revolução». Na verdade, a Liga de Paris, e particularmente Afonso Costa, manifesta a maior descrença na luta legal, como se depreende de uma carta sua a Bernardino Machado: «A luta em Portugal parece encaminhar-se para a luta legal... em condições aliás de grande desigualdade. Por ora, não sei se há alguma coisa detrás da conjugação republicano-socialista, embora me pareça que os verdadeiros republicanos não se deixarão iludir, nem adormecer». Na mesma carta, Afonso Costa, informa que Jaime Cortesão partiu para Madrid como delegado do Comité de Paris, para buscar o apoio do Governo espanhol. No início de Agosto, parece encontrar-se no bom caminho a concessão de ajuda financeira. Cortesão reuniu-se com Manuel Azaña, que pareceu disposto a ajudar e com Prieto, que se mostrou disponível, tendo mesmo recebido fundos vindos de Barcelona, que uma comissão irá distribuir. Ao apoio financeiro prometido, ou já conseguido em parte, juntam-se as facilidades para circulação de armamento através de território espanhol e a sua acumulação junto à fronteira com Portugal.

Das relações com os revolucionários no interior de Portugal tinha-se encarregue José Domingues dos Santos, ex-presidente do Conselho de Ministros e presidente da Esquerda Democrática.

O movimento revolucionário partia de uma análise crítica da rendição nas ilhas, hesitações e renúncia no Continente e por isso, se considerava ser preciso dar um carácter mais profundo e mais longo, mais nacional e mais popular. Ao mesmo tempo afirmava-se, mais uma vez, dentro da mais pura linha «liguista». O carácter suprapartidário e popular afastava o movimento revolucionário dos Democráticos e dos representantes destes na emigração, ao mesmo tempo que o secretismo e exclusivismo no controlo dos meios bélicos e financeiros, por parte dos «Budistas», iria colocar à margem o grupo liderado por Ribeiro de Carvalho.

Os primeiros (Santiago Prezado, Lago Cerqueira, Agatão Lança, Mariano Felgueiras) manifestaram-se pela necessidade da constituição de um Conselho Supremo que englobasse as principais sensibilidades e obtivesse a concordância para realizar um programa mínimo capaz de derrubar a Ditadura e criar condições para eleger umas Cortes Constituintes. O comandante Sebastião Costa considerava, aliás que à Comissão de Emigrados incumbia, fundamentalmente, uma função de representação e preparação junto dos principais centros internacionais (Genebra, Paris, Londres), uma acção de propaganda intensa e um apoio aos que, dentro do país, organizam a operação militar. Américo Buizel, no entanto, vê como muito problemática qualquer tentativa de união republicana e parece-lhe difícil a ligação entre o Comité de Emigrados e o Comité Revolucionário no interior do país, porque: «Os homens a que acima aludo (Comité Revolucionário em Portugal) são precisamente considerados como obreiros involuntários da Ditadura (...). O receio de que se volte aos erros do passado é que tem sido terrível para a nossa causa».

Quanto ao grupo de Ribeiro de Carvalho, esse prosseguia, na Galiza (Tui, Vigo, Corunha), uma intensa actividade conspirativa, mas que se desenvolverá à margem da organização «budista» de Madrid. Tinha, aliás, havido uma aproximação de muitos emigrados à fronteira, na região da Galiza, chamados por telegrama enviado de Portugal por Ribeiro de Carvalho que para aí partira, por instruções do Comité Revolucionário no interior do país. Em Pontevedra, Ribeiro de Carvalho, fazendo um ponto da situação sobre o falso alarme de Julho, reúne-se com os emigrados naquela cidade, reafirmando a necessidade de união de todas as correntes revolucionárias. Contudo, o fracasso de Julho levaria a que este grupo da Galiza se manifestasse descrente do movimento revolucionário que, segundo o capitão Frazão Sardinha, em carta de 14 de Agosto, «não se fez nem se realizará nos dois meses mais próximos». De resto, o que parece ser evidente nos finais de Julho e Agosto é o fervilhar de ideias e propostas reorganizativas em resposta a uma circular, com vários quesitos, enviada por Bernardino Machado nos vários núcleos de emigrados cujas respostas acabam por estar na base das discussões que levarão à reunião de Beyres em Novembro seguinte. E, na verdade, duas linhas antagónicas se opunham: uma liderada pela Liga de Paris com Afonso Costa e José Domingos dos Santos à frente e associada ao Comité de Madrid, e uma outra, corporizada por Ribeiro de Carvalho e seguida pelo grupo da Galiza. Enquanto a primeira linha apostava numa Direcção Suprema de carácter civilista, constituída já pelo futuro Governo Revolucionário com personalidades de dentro ou de fora do país, a segunda aponta como prioritário o apoio dos emigrados do «Directório Único» já formado por todos os republicanos, no interior do país porque, como considera «a revolução tem que ser preparada lá dentro e dirigida de lá de dentro». Para esta corrente de opinião, o papel dos emigrados é o de fornecer apoio nos serviços de propaganda, contra-espionagem e assistência. Parece-lhe um erro monumental querer dirigir do exterior todas as operações e, principalmente, a organização dos fundos disponíveis ou outros apoios que venham a ser conseguidos.

Entre uma corrente mais revolucionária e uma outra que lutava pela revolução possível, os entendimentos não parecem fáceis na altura, embora se assinalem reuniões na Galiza, entre emigrados das duas tendências e presididas por José Domingues dos Santos, no início de Agosto.

Do que atrás se descreve deduz-se que, pelo menos entre os emigrados, a Revolução reviralthista não era esperada nos tempos mais próximos.

Com quem saiu então e por que saiu o Reviraltho em 26 de Agosto? Pelo que foi analisado, a revolta deu-se numa conjuntura em que a Ditadura parecia inclinar-se para a realização de eleições locais com a participação da oposição republicana, que sob o nome de Aliança Republicana e Socialista chegou a apresentar um programa na imprensa, com a autorização governamental

É difícil reconstruir, na sua globalidade, o Comité Revolucionário que pôs no terreno o movimento reviralthista de 26 de Agosto, porque a «Proclamação Revolucionária» não chegou a ser tornada pública e a brevidade com que tudo se desenrolou deixou na sombra muitos dos implicados. Sem dúvida que uma das figuras centrais foi o coronel Hélder Ribeiro (com o apoio da Liga de Paris), sendo também seguro que todos os oficiais superiores implicados no Comité Militar igualmente pertenciam ao Comité Revolucionário, já que a falta de apoios no terreno obrigara os líderes a participar directamente na acção militar. Referimo-nos ao tenente-coronel Utra Machado, exilado desde Abril, ao coronel Dias Antunes, coronel Agatão Lança, ao tenente-coronel Sarmento Beires e ao capitão Jaime Baptista, no domínio militar. Entre os civis destacam-se o professor Simões Raposo Jr., secretário da A.R.S., o veterinário e professor da Escola Agrícola da Paiã, Joaquim Pratas, e o farmacêutico Aires Leal de Matos, líder local da A.R.S.. Serão, aliás, estes líderes da Aliança Republicana Socialista que vão chefiar a facção civil da revolta. Aires Leal de Matos e Joaquim Pratas lideram uma importante rede de civis, operários e funcionários públicos, organizados na zona de Benfica/Carnide/Amadora, ao mesmo tempo que o professor Simões Raposo Jr. exerce um forte ascendente moral e político sobre núcleos operários e simpatizantes socialistas de algumas das zonas mais fortemente representadas, como o Bairro da Liberdade, o Casal Ventoso e a Rua Maria Pia, no bairro de Alcântara, em Lisboa. Destes grupos operários saíram os combatentes do Jardim Zoológico e das Avenidas Novas, resistentes nas Laranjeiras e Telheiras, já depois da rendição dos militares.

Por outro lado, é indiscutível que o movimento contava com o apoio, pelo menos indirecto, de personalidades como Norton de Matos, que aliás aparecia num dos documentos apreendidos a Utra Machado, como o futuro primeiro-ministro.

Ficara de fora uma importante rede conspirativa do centro do país, centrada sobre as unidades militares da III Região (Tomar, Abrantes, Torres Novas, Santarém, Castelo Branco), liderada pelos tenentes Alexandrino dos Santos e Oliveira Pio. É uma rede umbilicalmente ligada ao sector de Madrid, na altura empenhada na distribuição das armas que iam chegando do exterior e que havia sido bastante prejudicada com as prisões do início do ano, isto apesar de um dos seus líderes, o ex-capelão militar e ex-ministro das Colónias, João Lopes Soares, declarar que trabalhou intensamente para o 26 de Agosto. Também no norte do país a rede revolucionária parece ter sido apanhada de surpresa com o movimento de 26 de Agosto, tendo reunido já no dia da revolta o Comité Revolucionário do Norte, com a participação de Basílio Lopes Pereira, há pouco chegado da Madeira, o capitão Nuno Cruz, o professor António Ferreira da Costa entre outros.

O movimento eclodiu na madrugada do dia 26 de Agosto, após uma última reunião preparatória do comité revolucionário. Este terá reunido, a partir das 3 horas, no 2.º andar do n.º 17 da Rua D. Estefânia, antes de se dirigir às unidades militares de Campolide e da Amadora.

Nesta reunião estiveram presentes o coronel de infantaria António Augusto Dias Antunes, o tenente-coronel José Manuel Sarmento de Beires, o capitão Jaime Baptista e dois oficiais da Armada, dos quais se desconhece a identidade. Um outro núcleo revolucionário teve uma reunião no Casal do Evaristo, à Estrada dos Prazeres, por volta das 5h 30m., de onde se dirigiu para o Parque Eduardo VII. Por último, é ainda referida uma reunião preparatória na Rua João Crisóstomo, na casa daquele que é tido como o organizador e coordenador do movimento, o coronel de infantaria Helder Armando dos Santos Ribeiro.

Há vários dias que o governo tinha conhecimento de movimentações de tipo conspiratório e ordenara medidas de segurança. O *Diário da Manhã* anuncia a prisão de numerosos indivíduos filiados no Partido Comunista, tendo-lhes sido apreendidos documentos comprometedores na própria madrugada do dia da revolução.

Às 6 horas e 35 minutos, pouco após o toque de alvorada no Quartel de Artilharia 3 (na actual Rua da Artilharia 1), um numeroso grupo de oficiais e cerca de 30 elementos civis, beneficiando da cumplicidade de alguns sargentos da unidade, lograram franquear as portas e apoderar-se do Quartel. Comanda o núcleo rebelde o tenente-coronel Utra Machado, vindo propositadamente do exílio madrileno com outros oficiais homiziados, o ex-capitão Jaime Baptista e dois oficiais menores, para chefiar a «revolução» tão ansiada e já tantas vezes adiada...

Armados os civis, estes e parte dos soldados do quartel, comandados pelo ex-capitão Jaime Baptista, assaltam e dominam pelo mesmo processo, o Regimento de Metralhadoras 1, no Alto do Parque Eduardo VII, unidade que se mantém em poder dos revolucionários desde as 6h 45m até cerca do meio-dia. O mesmo ex-capitão Jaime Baptista, juntamente com alguns sargentos, acompanhou um outro grupo de civis que assaltou o Regimento de Artilharia Ligeira 3, um outro bastião dos revolucionários.

O coronel Dias Antunes, acompanhado pelo capitão Justino Ferreira e o tenente Melo e Cunha, com o concurso do veterinário Joaquim Pratas dirigiam um grupo de cerca de 200 homens que aderiram ao movimento nos quartéis de Sapadores Mineiros de Queluz e da Pontinha, ao qual se associaram numerosos civis da zona de Carnide, Benfica e Amadora.

De seguida ocupam a Penitenciária. Imediatamente se tomam posições no Alto do Parque Eduardo VII e na Rotunda até ao Largo do Rato (então Praça do Brasil) e, do outro lado, entrando pelas Avenidas Novas. Quase simultaneamente desencadeia-se dos pontos assim ocupados, o ataque a Caçadores 5 em Campolide, bastião da fidelidade militar à Ditadura.

Com o assalto aos quartéis, os insurrectos visavam um triplo objectivo: ganhar posições militares estratégicas, apoderar-se de armamento, munições e meios de transporte e aliciar o maior número de insurrectos, nomeadamente ao nível das baixas patentes e dos sargentos e praças.

Destes objectivos talvez só o último possamos considerar plenamente atingido. De facto é muito numeroso o grupo de soldados e de sargentos implicados no movimento. O seu número só não foi mais significativo porque, em muitos casos, como sucedeu no Quartel de Sapadores Mineiros da Pontinha, faltava o respectivo comando, mesmo ao nível de sargentos. Em Alverca, à falta de oficiais que comandem as operações, são os sargentos que assumem a liderança.

Mas não só: a partir das 8 horas da manhã, grupos de civis armados, já acompanhados por pelotões de soldados, atacam com fogo nutrido o Regimento de Sapadores de Caminhos de Ferro (em Campo de Ourique). O seu objectivo, durante mais três horas, parece ter sido o de tomar o Batalhão de Automobilistas (situado na Avenida de Berna onde é hoje a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova), considerado um esteio de resistência ao ataque dos esquadrões de Cavalaria 7 vindos da Ajuda, e dos avanços da Artilharia Pesada 1 de Sacavém, instalada no Batalhão de Telegrafistas da Penha de França e o batalhão de Caçadores 7 (no Castelo de São Jorge). Esta última unidade, também batida pelo fogo de artilharia do Parque Eduardo VII e pelas bombas da aviação rebelde, terá de abandonar a posição. Mas nos outros casos resistem e passam ao contra-ataque. Nas ruas Marquês de Tomar, Elias Garcia e Sá da Bandeira instalaram-se barricadas, maioritariamente de civis armados.

Entretanto, em Queluz, grupos de civis, pela maneira atrás descrita, assenhoreiam-se do Regimento de Sapadores Mineiros. Depois de rodarem o grupo de Esquadrilhas de Aviação «República», na Amadora (sem ensaiarem o assalto), formam uma coluna com cerca de 200 homens sob o comando do coronel Dias Antunes e marcham para Lisboa com o intuito de se juntarem às tropas que ocupam o perímetro do Parque Eduardo VII.

Na Quinta das Laranjeiras, a Sete Rios, instalaram-se civis armados, apoiados pelo corpo de Sapadores Mineiros vindos de Queluz, através da Amadora e de Benfica onde se confrontam com esquadrões de Cavalaria 7, vindos da Ajuda e comandados pelo capitão Jorge Botelho Moniz.

O confronto de artilharia mais intenso decorreu entre o Quartel de Artilharia Ligeira 3 em poder dos revoltosos, e o Batalhão de Caçadores 7, instalado no Castelo de S. Jorge. Um terceiro ponto de artilharia estava instalado no Forte de Almada. Esta última zona, juntamente com o bairro do Castelo, foi das mais flageladas em vidas humanas e danificação de edifícios.

Por seu turno, o oficial aviador Sarmiento Beires – outro dos dirigentes do movimento igualmente exilado – subleva, com êxito, a Base Aérea de Alverca. De lá levantarão quatro aviões para regular o tiro da artilharia da Rotunda revolucionária sobre o castelo de São Jorge e o forte de Almada e para despejar algumas bombas – poucas e com fraca pontaria – sobre aqueles objectivos e ainda sobre o Quartel-General de Lisboa.

O bombardeamento aéreo deixou marcas em toda a cidade e em Almada. Os alvos mais visados pelos quatro aviões saídos de Alverca foram o castelo de S. Jorge e o forte de Almada, de onde partia a resistência militar fiel ao governo. O quartel da Escola de Administração Militar do Campo Grande foi igualmente bombardeado.

Longe do palco principal dos acontecimentos um outro foco de conflito situava-se na Base Aérea de Alverca, para onde se havia deslocado um grupo de Artilharia Pesada de Sacavém, este último fiel ao governo. É por acção deste grupo que é desactivado o núcleo de Bombardeiros, comandado pelo tenente-coronel Sarmiento Beires. Este oficial, comandando um grupo de revoltosos, é obrigado a retirar-se, em fuga, para o Oeste, através de Bucelas, Loures e Torres Vedras. Porém em Loures, por volta das 11h. 30m., Sarmiento Beires, contando com o auxílio de soldados da G.N.R. de Sacavém e da localidade ensaia uma nova acção revolucionária. São estabelecidas vedetas em todos os pontos da vila e tomadas a estação telegráfica postal, a Associação de Bombeiros Voluntários e a Câmara Municipal. São presos o administrador do concelho, Francisco Marques Bento e altos funcionários camarários. É içada a bandeira nacional no edifício dos Paços da Concelho, acompanhada de grandes manifestações de regozijo pela reposição da República Democrática e de repúdio pela Ditadura, as quais se estendem a outras localidades do concelho, como Bucelas.

Temendo os confrontos, a população de Loures refugia-se no Pinheiro, nos Tojais e outras povoações próximas. Porém este era o último estrebuchar dos revolucionários. Por volta das duas horas da manhã a coluna parte de novo em fuga, em direcção a Torres Vedras, onde é acolhida pelos republicanos locais, liderados por Vítor Rosário da Fonseca, negociante e director da *Gazeta de Torres*. Sarmiento Beires foge para parte incerta e a maioria dos sargentos e praças foram presos ou apresentaram-se livremente nas suas unidades, em Sacavém ou Alverca.

Tudo parece ter-se decidido, em termos militares, entre as duas unidades do Alto de Campolide separadas por um muro: Metralhadoras 1, tomada pelos revolucionários e Caçadores 5 fiel ao governo da Ditadura. Aos insurrectos que tinham procurado, durante toda a manhã, tomar Caçadores 5 e não o tinham conseguido, restava a resistência, já que os apoios dos Sapadores Mineiros de Queluz ficaram paralisados em Sete Rios.

Pelo contrário, Caçadores 5 pôde sempre contar com apoios crescentes: de Infantaria 1 e de Cavalaria 7, vindos pelo lado de Monsanto, tendo sido decisiva a acção do capitão Jorge Botelho Moniz, em conjugação com o governo, que se havia instalado ao quartel do Carmo, logo pela manhã.

O Governo correrá para o Quartel do Carmo e entregará a direcção das operações ao general Farinha Beirão coadjuvado pelo Governador Militar de Lisboa (brigadeiro Daniel de Sousa logo promovido a general). A partir do quartel do Carmo parte um esquadrão de Cavalaria da G.N.R. que avança lentamente até S. Mamede e Largo do Rato. Um outro esquadrão do Cabeço da Bola avança até à Avenida Praia da Vitória onde enfrenta barricadas de revolucionários civis. Um terceiro esquadrão da G.N.R. parte da Ajuda tendo atingido Campo de Ourique e S. Bento. Conhecido o número limitado de adesões à revolta e demarcada

a sua restrita área espacial, o comando desencadeia o cerco e contra-ataque aos insurrectos. Por volta das 11 horas da manhã tropas de infantaria (com morteiros e metralhadoras), apoiados pela G.N.R. investem contra o núcleo central da revolta, atacando-o a partir do Largo do Rato e de Campolide. Ao mesmo tempo, toda a zona da Rotunda e do Parque é duramente castigada com fogo de artilharia do castelo de São Jorge, do forte de Almada e da Penha de França, ao qual conseguirá ripostar durante várias horas. Às primeiras horas da tarde, Metralhadoras 1 caía em poder das tropas fiéis ao regime e, logo de seguida, o Regimento de Artilharia Ligeira 3 hasteava a bandeira branca, face aos bombardeamentos de artilharia que partiam da Penha de França e do forte de Almada.

Cerca das 14 horas, face ao impasse do movimento e à esmagadora superioridade do adversário, Utra Machado, já parcialmente desalojado das suas posições, ordenará a rendição na Rua de Artilharia 1, e será conduzido, sob prisão, na companhia de outros oficiais insurrectos. Mas os combates prosseguirão, nas ruas, até ao princípio da noite. Aos revolucionários civis restava a retirada para a zona das Avenidas Novas, Jardim Zoológico, Palmas de Cima e Baixo e Telheiras, guarnecendo a retirada e a fuga para norte. Os últimos núcleos de revolucionários resistiam na Avenida de Berna, Marquês de Tomar, Sá da Bandeira e Quinta das Laranjeiras, a Sete Rios.

Às tropas de Artilharia Pesada n.º 1, de Sacavém (participantes no bombardeiro da Rotunda) é ordenada a reocupação da Base de Alverca. Sarmento Beires abandona-a com uma coluna de cerca de 150 militares e civis na tarde do dia 26 pela estrada de Torres Vedras, passando por Loures. Face ao colapso da revolta, ele e os outros oficiais e civis tomarão a fuga, regressando os restantes elementos ao quartel já recuperado.

Ao fim de um dia de luta, restava aos revolucionários a fuga. Ao governo não seria sequer necessário utilizar todas as forças militares que reunira em redor de Lisboa, prontas a entrar em acção.

Em Belas estava estacionada uma coluna mista, vinda de Mafra composta por cerca de 800 homens e carros blindados. Durante o dia 26 e ainda no dia 27 várias unidades da Região Centro enviaram destacamentos que se reuniram no Entroncamento e Tancos: vêm de Tomar, Castelo Branco, Portalegre e Torres Novas, tendo sido requisitados vários comboios para o seu transporte. Da Figueira da Foz partem unidades para Coimbra, onde é reforçada a prevenção. Das Caldas da Rainha, partem destacamentos para Óbidos e Peniche a fim de reforçar a defesa da fortaleza onde se encontram os presos políticos. Em Elvas entra a guarnição de prevenção. O Barreiro constitui um outro ponto de concentração de tropas. Em alguns locais, como Torres Novas e Tomar, o exército ajuda a garantir a vigilância e patrulhamento das ruas, com guarda reforçada nas estações de correios e telégrafos. No distrito de Setúbal é estabelecido o estado de sítio e o Barreiro será fortemente patrulado por elementos da G.N.R. e pelo exército.

Ao cair da noite desse mesmo dia 26 de Agosto, o Governo detinha já o pleno controlo da situação em Lisboa, regressando-se ao «viver habitualmente» na manhã seguinte, exceptuando-se um rasto de destruição e violência principalmente por acção do bombardeamento aéreo sobre áreas circundantes do forte de Almada, os 40 mortos, os cerca de 200 feridos e mais de 600 prisioneiros. Destes, 358 embarcarão, uma semana depois, sem serem julgados nem autorizados a ver as famílias, para a deportação em Timor a bordo do navio *Pedro Gomes*.

Nos dias seguintes à revolução, Lisboa era uma cidade fortemente patrulhada pelo exército e pela G.N.R., em que se sucediam rusgas, prisões e apreensões de armamento e munições, principalmente para os lados de Palhavã, Sete Rios e Telheiras.

De qualquer modo, o palco dos principais acontecimentos parece ter-se circunscrito à área da Grande Lisboa, com maior incidência nas zonas de Campolide, Rotunda do Marquês, Avenidas Novas e Sete-Rios/Palhavã. O resto do país parecia estar - mais uma vez, - alheado dos acontecimentos da capital, apesar de tentativas de secundar o movimento, por exemplo no Porto, onde se assinalam reuniões e concentrações de civis, porém extemporâneas e sem resultados práticos.

CONCLUSÃO

O movimento revolucionário de 26 de Agosto pode definir-se como o «canto do cisne» do combate à Ditadura. Nenhuma outra revolta militar voltaria a eclodir na capital até 25 de Abril de 1974. Teve a sua origem em torno da esquerda republicana e dos militares radicais, a que se associou a intelectualidade seareira. À sua direita situam-se alguns sectores dos democráticos e liberais que, tendo consentido ou mesmo apoiado a instauração da Ditadura, numa fase inicial em breve deixam de reconhecer-se nela e passam a combatê-la. À sua esquerda situava-se o quase inexistente P.C.P. e a ainda poderosa C.G.T. Uns e outros descrêem completamente do golpe militar reviralista. Porém na hora da revolta é no mundo operário, radicalizado pelas ideologias comunista e anarquista que o Reviralismo encontra o apoio popular para «sair à rua».

Como podemos ver, a bem pouco se reduzia o número de unidades e chefes militares revoltados: duas unidades militares tomadas – Metralhadoras 1 e Regimento de Artilharia Ligeira 3 – e três unidades sublevadas – Sapadores Mineiros de Queluz e da Pontinha e Grupo de Bombardeamento e Aerosteios de Alverca. Quatro oficiais superiores: coronel Dias Antunes, tenente-coronel Utra Machado, tenente-coronel Sarmento Beires e, menos directamente, o coronel Hélder Ribeiro. Acrescentemos a estes oficiais superiores uma meia dúzia de capitães e cerca de uma dezena de tenentes ou aspirantes a oficiais, verdadeiramente activos.

É certo que o golpe militar não era a única tática da oposição e, particularmente, a partir de 1931, com a constituição da Aliança Republicana Socialista a oposição, ou uma parte dela, parece acreditar na transição democrática, através do processo eleitoral.

Esta crença não é, contudo, tão forte que evite que alguns dos seus membros acabem também por participar nas revoltas reviralistas, como aconteceu com o professor Simões Raposo Jr., secretário da A.R.S., preso e deportado para Timor na sequência do «26 de Agosto de 1931».

O resultado prático de todas estas revoltas e conspirações verificou-se no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos maquinismos repressivos.

No rescaldo do 26 de Agosto, o Conselho de Ministros decidiu afastar do serviço devido à sua atitude hostil – ou suspeita de atitude hostil – à «Situação» todos os funcionários do Estado (oficiais de terra e mar, professores e outros funcionários públicos), reforçou os serviços de censura à imprensa, bem como deliberou a reactivação da Polícia Internacional Portuguesa que passou a interferir cada vez mais na vida quotidiana dos cidadãos. Tal como nas situações anteriores o Governo expurgava os mais activos combatentes, debilitando a resistência e moralizando a «Situação».

No seu conjunto, as revoltas resultaram em mais de duas centenas de mortos e cerca de um milhar de feridos. Por outro lado, milhares de pessoas recolheram à prisão, para as ilhas e colónias partiram mais de um milhar e meio de prisioneiros, nomeadamente anarco-sindicalistas que, na condição de deportados sem culpa formada, permanecendo aí com residência fixa durante anos. Para os restantes implicados, que ficaram no continente, restava o afastamento do Exército ou da função pública e a residência fixa em várias localidades do país (Peniche, Elvas, etc.). Milhares de outros homiziaram-se no estrangeiro.

O 26 de Agosto acabaria por acentuar o terrível efeito perverso das anteriores derrotas do reviralismo: um endurecimento geral da Ditadura (que liquida qualquer veleidade de sobrevivência da Acção Republicana Socialista, agrava drasticamente a censura e inicia a grande «limpeza» saneadora no funcionalismo civil) e um decisivo reforço da corrente salazarista e do programa de intransigência antiliberal e antiparlamentar. Desta forma a Ditadura pôde, gradualmente, ver-se livre dos seus piores inimigos incluindo a maior parte dos revolucionários profissionais e dos elementos treinados na prática conspiratória conseguindo impor ao país uma situação de «paz e tranquilidade».

O 26 de Agosto vem como que «dar razão» aos salazaristas e à direita radical. A oportunidade não é desaproveitada: no calor da violenta resposta político-policial à intentona, não é só a ainda subsistente ideia de uma nova República vagamente pluralista e liberal que é afastada, não é só o dialogo com os «políticos» do antigamente como via para a normalização constitucional que é definitivamente abandonado – são a posição e o projecto políticos de Salazar na ditadura que saem claramente reforçados. A partir dos finais do Verão de 1931 começa a falar-se aberta e insistentemente na nomeação de Salazar para a presidência do ministério. Apesar de algumas dificuldades subsistentes, o caminho estava aberto. Onze meses depois de disparado o último tiro da última «revolução», Salazar levava de vencida as derradeiras resistências e assumia a chefia do Governo.

Durante cerca de cinco anos o revilharismo tentara, em vão, reconstruir o bloco político-social do 5 de Outubro, com a liderança de republicanos de esquerda, a quem se vêm juntar os conservadores afastados pela Ditadura, numa ampla aliança militar e civil, em que predominam as classes médias-baixas e populares. Confinado aos grandes centros urbanos soçobrou pelas suas características de movimento minoritário. Último herdeiro de um tempo político de crise ideológica e institucional, vê-se por este motivo impossibilitado de realizar as alianças necessárias, quer no campo republicano quer à sua margem. Até final da década de trinta sucederam-se mais algumas tentativas reviralhistas, todas condenadas ao fracasso.

BILIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

1. Manuscritas

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças – Contas Processadas da Ordem Pública – 1931.

Movimento Revolucionário de Abril – Maio – Processos n.º 1 a n.º 544.

Movimento Revolucionário de 26 de Agosto – Processos n.º 1 a n.º 382.

2. Impressas

2. 1. Imprensa reviralhista

Notícias da Madeira, 1931

Verdade, A, 1933

2. 2. Imprensa local republicana

Almadense, O, Almada, 1931
Combate, O, Guarda, 1931
Raio, O, Covilhã, 1931-33
República, Lourenço Marques, 1931
Vitória, A, Setúbal, 1929-33
Voz da Verdade, A, Viseu, 1931

2. 3. Imprensa Operária

Batalha, A, 1931
Sul e Sueste, 1931

FONTES SECUNDÁRIAS

3. Imprensa

Avante, Lisboa, 1931-32
Diário da Manhã, Lisboa, 1931-32
Diário de Notícias, Lisboa, 1931-32
Ilustração, Lisboa, 1931-32
Ilustração Portuguesa, 1931-32
Jornal de Notícias, Porto, 1931-33
Novidades, Lisboa, 1931
Primeiro de Janeiro, O, Porto, 1931
Seara Nova, Lisboa, 1931-32
Século, O, Lisboa, 1931-32
Diário do Governo, I Série, 1931-1932:

Decreto-Lei n.º 19273 de 26 de Janeiro de 1931 – decreto que declarava a importação livre de trigo (decreto da farinha).

Decreto-Lei n.º 19353 de 14 de Fevereiro de 1931 - decreto com o regulamento sobre o condicionamento industrial.

Decreto-Lei n.º 19363 de 20 de Fevereiro de 1931 - decreto que regulava as ajudas de custo e subsídios aos expedicionários.

Decreto-Lei n.º 19409 de 4 de Março de 1931 - decreto com o regulamento sobre o condicionamento industrial.

Decreto-Lei n.º 19559 de 6 de Abril de 1931 - decreto para a nomeação do Delegado Especial Coronel Fernando Borges.

Decreto-Lei n.º 19567 de 7 de Abril de 1931 – decreto para a demissão dos cargos militares ou civis da Madeira.

Decreto-Lei n.º 19569 de 7 de Abril de 1931 – decreto que estabelece o bloqueio aos portos da Madeira.

Decreto-Lei n.º 19579 de 13 de Abril de 1931 – decreto que tornava extensiva as funções aos Açores do Delegado Especial.

Decreto-Lei n.º 19585 de 14 de Abril de 1931 – decreto com a aprovação de verbas para despesas extraordinárias para defender a ordem pública.

Decreto-Lei n.º 19595 de 15 de Abril de 1931 – decreto que tornou extensivo a todo o continente o decreto 19567 de 7 de Abril.

Decreto-Lei n.º 19657 de 28 de Abril de 1931 - decreto dissolvendo os Regimentos de Infantaria n.º 4, 13 e 22, as Baterias de Defesa Móvel da Costa n.º 1 e 2 e a Bateria Mista de Artilharia de Ponta Delgada.

Decreto-Lei n.º 19692 de 5 de Maio de 1931 – decreto que revogava o decreto n.º 19559.

Decreto-Lei n.º 19693 de 5 de Maio de 1931 – decreto que revogava o decreto n.º 19579.

Decreto-Lei n.º 19694 de 5 de Maio de 1931 – decreto que aprova o recenseamento eleitoral.
Decreto-Lei n.º 20125 de 30 de Julho de 1931 – decreto que transfere a PVDE para o Ministério do Interior.
Decreto-Lei n.º 21942 de 5 de Dezembro de 1932 – decreto com o regime dos delitos políticos.

2. Livros

ALVES, Ferro - *A Mornaça: A Revolta nos Açores e na Madeira em 1931* - Lisboa: Par A. M. Pereira, 1935, p.109-115.
ALVES Ferro - *Os Budas, o contrabando de armas* – Lisboa: Parc. A. M. Pereira, 1935, p.21.
BOLETIM *Oficial dos revoltosos da Madeira* 1931.
CUNHA LEAL, Francisco - *Os meus cadernos* - n.º 2 - La Coruña: Imprensa Moret, 1932.
CUNHA LEAL, Francisco - *As Minhas Memórias* - Vol. III - Ed. do autor, 1968.
D'ARCOS, Joaquim Paço - *Memórias da minha vida e do meu tempo* - Lisboa: Guimarães Editores, s/d, p. 93-95.
FARINHA, Luís - *O Revirvalho: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940* - Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
LAIDLEY, F. - *Sete homens tomaram Ponta Delgada; Insurreição da Madeira e Açores em 4 e 5 de Abril de 1931. A mais inconcebível das revoluções*. In Separata «Boa Noite», Junho 1974.
LAVRADOR, José - *A Revolução na Ilha da Madeira* - Rio de Janeiro: Alba, s/d. MARQUES, A: H. Oliveira - *O General Sousa Dias e as revoltas contra a ditadura, 1926-31* - Lisboa: Publicações D. Quixote, 1975, p. 159-258.
MARQUES, A. H. Oliveira - *A Liga de Paris e a Ditadura Militar* – Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
MARQUES, A. H. Oliveira - *A Unidade da Oposição à Ditadura 1928-1931* - Lisboa: Publicações Europa-América, 1976, p. 33-145.
MARQUES, A. H. Oliveira - *História de Portugal* - Vol. III – Lisboa: Palas Editora, 1981.
REIS, Célia - *A Revolta da Madeira e Açores* - Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
ROSAS, Fernando - *O Estado Novo nos anos trinta: Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo, 1928-38* - Lisboa: Editora Estampa, 1985.
ROSAS, Fernando - *O Estado Novo*, in *História de Portugal* - Vol. VIII - Lisboa: Editora Círculo de Leitores, 1994, p. 227.
ROSAS, Fernando - *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica* – Lisboa: Editora Fragmentos, 1988.
SOARES, João - *A Revolta da Madeira: Documentos - Recolha e organização* - Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1979.
VARÃO, António Fernandes - *Infantaria 13 no Movimento Político da Madeira de 4 de Abril de 1931 (Palavras de um vencido)* - Vigo: Estabelecimentos Tipográficos Faro de Vigo, 1932.